

## DESPACHO

Recebemos os presentes autos com o atestado emitido pela Gerência Contábil e Financeira – GECONT. Processo instruído com a Memorando nº 502/2024-GEPEQ/COSAMA, Termo de Referência Nº 47/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA, Pedido de Compra de Material nº 9898, e propostas de preço de empresas especializadas no fornecimento do objeto pedido.

Trata o presente processo de **Aquisição de Produto químico, para atender às necessidades em caráter urgente e emergencial dos municípios, os quais fazem parte da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**, conforme especificações do Processo Interno nº **01.05.043501.007351/2024-93**.

Da análise dos autos verifica-se a necessidade **URGENTE E IMPERATIVA** de adquirir Hipoclorito de Cálcio, devido a falta de abastecimento do produto químico nas unidades operacionais, situação que afeta diretamente o tratamento e a qualidade da água fornecida à população.

Conforme esclarecido pela área demandante o presente pedido de aquisição se justifica primeiramente em razão da severa estiagem de 2024, que reduziu o nível dos rios e aumentou a concentração de poluentes e substâncias indesejadas na água. Isso exigiu aumento na utilização de produtos químicos, principalmente o Hipoclorito de Cálcio, essencial no tratamento de água para consumo humano por sua ação desinfetante, sanitizante e eficaz na eliminação de microrganismos, odores e sabores indesejados.

Além disso, no dia 29 de julho de 2024, ocorreu um incêndio na balsa que transportava 440 (quatrocentos e quarenta) baldes de Hipoclorito de Cálcio, destinadas para abastecimento das agências de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga. O sinistro resultou na perda total da carga, conforme registrado nos autos do Processo nº 01.05.043501.004771/2024-18. Essa remessa perdida estava programada para atender as demandas desses municípios até o primeiro semestre de 2025.



Ademais, embora tenha sido realizado o Pregão Eletrônico nº 023/2024 – CPL/COSAMA para fornecimento de Hipoclorito de Cálcio, o sinistro comprometeu a quantidade originalmente prevista no certame, exigindo uma reavaliação urgente no cenário e das demandas. Atualmente, um novo processo de licitação está em andamento, Processo nº 01.05.043501.006846/2024-03, com previsão de aquisição em maior quantidade para atender as demandas futuras.

A área demandante informou que, apesar de a quantidade estimada na presente aquisição ser menor que o ideal, ela atende às necessidades mais urgentes e deverá ser adquirida no mercado local devido ao caráter emergencial da situação.

Portanto, é imprescindível a rápida entrega do produto para assegurar a continuidade dos serviços e garantir a qualidade da água nos municípios do Alto Solimões, como Benjamin Constant, cuja autonomia de estoque está limitada até 06/02/2025.

Logo, diante das justificativas trazidas no processo, esta Comissão observa que a aquisição dos produtos solicitados é **URGENTE E IMEDIATA**, a fim de dar continuidade na operação dos sistemas de tratamento e abastecimento de água dos municípios acima citados e das demandas emergenciais.

Diante dos fatos, se esclarece que o serviço de Abastecimento de Água é considerado **ESSENCIAL** – conforme disposto no Art. 10 e Art. 11, ambos da Lei 7.783/89, que assim prevê:

*(Art. 10). São considerados serviços ou atividades essenciais:*

*I – tratamento e abastecimento de água (...)*

*(Art. 11). Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

*Parágrafo único: São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.*

Posto isso, é sabido que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos de Dispensa e de Inexigibilidade previstos nos



Artigos 29 e 30 da Lei Federal Nº 13.303/2016.

A licitação poderá então ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

Nesse sentido, destacamos que cabe no caso em tela o disposto no inciso XV do Art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016):

*(Art. 29) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:*

*XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no §2º.*

Conforme o Mapa Comparativo de Preços (fls. 20/22), a empresa Dominus Química LTDA apresentou a proposta de menor preço. No entanto, a entrega do produto químico no prazo de 30 (trinta) dias torna-se inviável devido ao caráter emergencial da demanda, além de não atender ao prazo estipulado pela área técnica demandante, conforme registrado no despacho da Gerência de Compras (fls. 36/37).

Portanto, informamos que a empresa com o segundo menor preço, **AM QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (A. M QUÍMICA)**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.842.762/0001-84**, apresentou proposta com entrega de até 5 (cinco) dias, conforme exigência do Termo de Referência nº 47/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA (fls. 38/51).

Diante da urgência da situação e em observância aos princípios da celeridade, vantajosidade e economicidade, esta Comissão sugere a contratação da referida empresa para fornecimento do produto químico em questão.

Assim, observadas as formalidades legais e, considerando-se as propostas



apresentadas cuja proposta mais vantajosa é de **R\$ 38.862,00 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais)**, de acordo com a proposta apresentada no presente processo e Mapa de Comparativo de Preços (fls. 20/22 e 34), entende-se que não há impedimento legal e administrativo para a contratação direta, fundamentada no inciso XV do Art. 29 da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais.

Diante do acima exposto, em observância ao interesse da Administração com arrimo no princípio da vantajosidade, economicidade, celeridade, razoabilidade e eficiência, esta Comissão entende que a contratação em questão poderá se realizar por meio da empresa **AM QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (A. M QUÍMICA)**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.842.762/0001-84**, pelo valor de **R\$ 38.862,00 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais)**, a qual é atuante do mercado local e que apresentou a segunda proposta de menor valor com entrega de até 5 (cinco) dias após o pedido de compra, e está apta entregar o material conforme certidões de habilitação que ora se anexam.

Manaus, 03 de janeiro de 2025.

**PALLOMA CARDOSO DA SILVA**  
Membro da CPL

**TAMMY TELLES LIMA DA SILVA**  
Presidente da CPL

